

LÍNGUA PORTUGUESA (FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR)

1. Compreensão e produção de textos.
2. Texto e fatores de textualidade.
3. Articulação sintática (coordenação e/ou subordinação), semântica (relações lógicas) e discursiva.
(operadores argumentativos).
4. Mecanismos de coesão textual.
5. Relações de sentido: homonímia, polissemia, sinonímia, antônima, hipónima, hiperónima.
6. Relações sintáticas de concordância, regência e colocação.
7. Estrutura, formação e emprego de palavras.
8. Emprego dos sinais de pontuação.
9. Variação linguística: variedades da língua portuguesa.
10. Ortografia.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
2. KOCH, Ingedore. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2002.
3. VAL, Maria da Graça da Costa. **Redação e textualidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
4. BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
5. SAVIOLI, F. P. e FIORIN, J. L. **Lições de texto: leitura e redação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.
6. MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NORMAS PARA O SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL –(MÉDIO E SUPERIOR)

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Ética e função pública.
2. Ética no setor público.
 - 2.1. Decreto n. 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal).
 3. Regime Jurídicos dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n. 8.112/1990).
 - 3.1. Disposições preliminares: **Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribution e Substituição.**
 - 3.2 Estágios probatórios.
 - 3.3. Direitos e vantagens.
 - 3.4. Regime disciplinar, deveres e proibições, acumulação, responsabilidade e penalidades.
 4. Lei n. 8.429/1992. 4.1 Disposições gerais.
 - 4.1. Atos de improbidade administrativa.
 5. Processo administrativo (Lei n. 9.784/1999): conceito, princípios, fases e modalidades.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição.
 - 1.1. Conceito, classificações, princípios fundamentais.
2. Direitos e garantias fundamentais.
 - 2.1. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos.
3. Administração pública.
 - 3.1. Disposições gerais, servidores públicos.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

1. Artigo 40 CF/88 e Lei 12.618/2012 – Funpresp.
2. **Carreira** – Lei 11.091/2005 e suas atualizações.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. Decreto 1.171/94
2. Constituição Federal
3. Lei 8.112/90
4. Lei 9.784/99
4. Lei 11.091/05
5. Lei 12.618/12

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO (NÍVEL MÉDIO)

O candidato deverá demonstrar competência para utilizar o raciocínio lógico-quantitativo (entendimento da estrutura lógica de situações-problema), bem como aplicar conteúdos matemáticos na vida prática, com relação aos seguintes pontos:

1. Noções básicas de lógica: conectivos, tautologia e contradições, implicações e equivalências, afirmações e negações, argumento, silogismo, validade de argumento.
2. Gráficos e tabelas: análise, interpretação e utilização de dados apresentados em tabelas ou gráficos.
3. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação.
4. Razões e proporções, regras de três simples e compostas, porcentagem, juros simples e compostos.
5. Expressões algébricas e fatoração.
6. Funções linear, afim, quadrática, exponencial e logarítmica. Problemas de máximos e mínimos envolvendo função quadrática.
7. Equações de 1º e 2º graus, gráficos. Sistemas de equações de 1º e 2º graus.
8. Geometria Plana: Paralelismo, perpendicularismo, triângulo (elementos, propriedades, congruência e semelhança).
9. Polígonos, circunferência e círculo; cálculo de áreas e perímetros. Relações métricas num triângulo retângulo.
10. Pesos e medidas. Sistemas monetário e métrico.
11. Média aritmética e média ponderada.
12. Progressões aritméticas.
13. Noções de geometria analítica: Retas e círculos.
14. Noções de geometria espacial.

SUGESTÃO DE BIBLIOGRAFIA

1. SÉRATES, Jonofon, Raciocínio Lógico, 8. Ed., Ed. Olímpia, 1997.
2. ALENCAR FILHO, Edgar, Iniciação à lógica matemática, Ed. Nobel, São Paulo, 2003.
3. BASTOS, Cleverson e KELLER, Vicente, Aprendendo lógica, Ed. Vozes, Petrópolis, 2002.
4. BARRETO FILHO, Benigno e SILVA, Cláudio Xavier, Matemática, Ensino médio, Vol. único, Ed. FTD, 2000.
5. BENZECRY, Vera, RANGEL, Kleber, Como desenvolver o raciocínio lógico, Ed. Rio, 2004.
6. DANTE, Luiz Roberto, Matemática: contexto e aplicações, vol. 1 a 3, Ed. Ática, 2003.
7. GIOVANNI, Jose Ruy e CASTRUCCI, Benedito e GIOVANNI JR, José Ruy, A conquista da matemática 5a a 8a série, ED. FTD, São Paulo, 2002.
8. GARDNER, Martin, Divertimentos matemáticos, Ed. Ibrasa, São Paulo, 1998.
9. IEZZI, Gelson, DOLCE, Oswaldo e DEGENSZAJN, David, PERIGO, Roberto e ALMEIDA, Nilze, Matemática: Ciência e aplicações, Vol. 1 a 3, Ed. Atual, São Paulo, 2004.
10. MORETTIN, Pedro e BUSSAB, Wilton. Estatística básica, Ed. Saraiva, São Paulo, 2003.
11. IEZZI, Gelson et al. Coleção Fundamentos de Matemática Elementar. Vol 1 a 10, Editora Atual, São Paulo.
12. BARROS, Dimas Monteiro de, Lógica para concursos, Editora Novas Conquistas.

NOÇÕES GERAIS DE INFORMÁTICA (FUNDAMENTAL MÉDIO E SUPERIOR)

1. Uso de Sistema Operacional: sistema operacional baseado em interface gráfica; arquivos e diretórios; operações básicas com arquivos e diretórios (criação, destruição, renomeação, cópia, movimentação); gerenciadores de arquivos; instalação de programas.
2. Editores de Textos: recursos básicos de edição; operações com blocos de texto (cópia, remoção, movimentação); operações básicas com arquivos (criação, salvamento, cópia, etc.); inserção de figuras; tabelas; conversão de formatos de arquivo.
3. Planilhas Eletrônicas: conceito de célula; operações com células; operações aritméticas com células; funções lógicas, matemáticas e estatísticas; recursos de edição; salvamento de informação; conversão de formatos de arquivo; geração de gráficos.
4. Uso de Internet: Uso de um Navegador; Recursos do Navegador; Busca na Internet; Uso de ferramenta de Mensagem Eletrônica.
5. Noções de segurança no uso de internet: definição de senhas seguras; prevenção de vírus e outros.
6. Códigos maliciosos; uso e atualização de antivírus; identificação de spam; cópias de segurança.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. LUNARDI, Marco Agisander. Comandos Linux: Prático e didático. Rio de Janeiro: Ciência
2. MORIMOTO, Carlos E. Entendendo e Dominando o Linux. Versão eletrônica disponível em <http://www.hardware.com.br/livros/dominando-linux/>, último acesso 06/09/2013
3. SEPLAG – Governo do Ceará. Introdução ao LibreOffice.org, disponível em <https://wiki.documentfoundation.org/images/3/37/LibreOffice.org.basico.Apostila.Hist.Calc.Writer.2011r01.pdf>, último acesso em 01/09/2013.
4. Mozilla Foundation, Ajuda do Firefox, 2012. Disponível em <http://br.mozdev.org/ajuda/>. Último acesso em 17/06/2013.
5. Mozilla Foundation, Ajuda do Thunderbird, 2012. Disponível em <http://br.mozdev.org/thunderbird/ajuda/>. Último acesso em 17/06/2013.
6. Cert.br, Cartilha de Segurança para Internet, 2012. Disponível em <http://cartilha.cert.br/>. Último acesso em 17/06/2013.

TRADUTOR E INTÉPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS

1. A história do tradutor e intérprete de Língua de Sinais.
2. Legislação acerca da LIBRAS, da educação e da acessibilidade para os surdos.
3. Regulamento para tradução e interpretação de Língua de Sinais.
4. Formação, atribuições e atuação do profissional tradutor e intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa.
5. Implicações éticas na atuação do profissional tradutor e intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa.
6. Aspectos linguísticos e gramaticais da LIBRAS.
7. A fluência da LIBRAS na tradução e interpretação de LIBRAS/Língua Portuguesa.
8. Modelos de tradução e interpretação de LIBRAS/Língua Portuguesa.
9. O papel do Intérprete de Língua de Sinais nas diferentes instâncias sociais.
10. Educação de surdos e o tradutor e intérprete de Língua de Sinais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA PRÁTICA

1. A Educação de Surdos no Brasil (Modalidade: LIBRAS/Língua Portuguesa oral).
2. Inclusão e acessibilidade dos Surdos (Modalidade: Língua Portuguesa oral/LIBRAS).

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Publicada no Diário Oficial da União em 24/04/2002.
2. _____. Decreto Nº 5.626. Regulamenta a, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005.
3. _____. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Publicada no Diário Oficial da União em 01/09/2010.
4. GESSER, Audrei. *LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade Surda*. São Paulo: Parábola Editora, 2009.
5. LACERDA, Cristina B. F. e Góes, Maria Cecília R. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. *Caderno CEDES*, vol. 26, n 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.
6. PEREIRA, Maria Cristina P. Intérpretes de Língua de Sinais e a proficiência linguística em Libras: a visão dos potenciais avaliadores. *Tradução & Comunicação – Revista Brasileira de Tradutores*. n 2, 2010.
7. QUADROS, Ronice M. *O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos*. Brasília: MEC; SEESP, 2004. 94p. il.
8. QUADROS, Ronice. M. de e KARNOOPP, Lodenir. *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
9. ROSA, Andréia da S. A impossibilidade da fidelidade na interpretação da LIBRAS. *ETD Educação Temática Digital*, Campinas, vol. 7, n 2, junho 2006, pág. 123 a 135.
10. MARTINS, Vanessa R. de O. Implicações e conquistas da atuação do Intérprete de Língua de Sinais do Ensino Superior. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, vol.7, n.2, p.158-167, jun. 2006